NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 03/Set

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1833| 2017

Estatuto da Segurança Privada pode ser votado na Comissão de Assuntos Sociais

O relatório de Vicentinho Alves (à esq.) propõe a rejeição de vários artigos do substitutivo da Câmara

Está prevista para quarta-feira (4) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a votação do relatório do senador Vicentinho Alves (PR-TO) sobre proposta que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras (SCD 6/2016).

O texto de Vicentinho propõe a rejeição de diversos artigos incluídos pelos deputados, quando da análise do projeto pela Câmara.

Um dos pontos que o senador quer derrubar são as restrições ao capital estrangeiro no setor. Ele lembra que o processo de estabelecimento de uma empresa já exige a autorização da Polícia Federal e o registro dos planos de segurança privada, garantindo, no seu entendimento, "um rigoroso crivo de avaliação" no que se refere à segurança do sistema financeiro nacional.

O relator também propõe a supressão do artigo que restringe a autonomia da guarda de patrimônio próprio. O senador entende que tal

dispositivo fere a Constituição.

"A composição orgânica de serviços de segurança privada voltados ao transporte de numerário, bens e valores é a manifestação do direito fundamental à propriedade privada. Se o proprietário não puder, com seus próprios recursos, compor a segurança para guardá-lo, desta forma lhe é negada autoridade sobre sua própria propriedade", argumenta.

Para atender um pleito da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), também recomenda-se a supressão do artigo que trata da exigência de vigilância armada onde há atendimento de serviços bancários, "haja vista que toda agência já dispõe de todos os demais requisitos de segurança".

Em análise global do estatuto, Vicentinho ressalta a determinação de que os serviços de segurança privada devem ser prestados por pessoas jurídicas especializadas ou por meio de empresas possuidoras de serviços orgânicos de segurança, com ou sem a utilização das armas de fogo, e neste caso, desde que autorizados pelo Exército.

Ele também lembra que o texto dispõe sobre o emprego de profissionais habilitados e das tecnologias e equipamentos de uso permitido.

Depois da análise na CAS, A proposta seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Fonte: Agência Senado

Vigilantes discutem impacto da Reforma Trabalhista na Segurança Privada

Trabalhadores e dirigentes durante debate

Em mais um encontro com dezenas de participantes na sede do Sindicato, os Vigilantes de Barueri discutiram, em sua reunião mensal de setembro, no dia 30, sábado, o Impacto da Reforma Trabalhista na Segurança Privada.

Mais uma vez transmitida ao vivo pela página do Sindicato no Facebook, a reunião foi assistida por centenas de pessoas, que puderam tirar dúvidas e ouvir esclarecimentos sobre todos os prejuízos que esta reforma traz à nossa categoria e a todos os trabalhadores do país.

O evento contou com palestras dos advogados trabalhistas Eduardo Antonio Bossolan e André Watanabe, que falaram sobre mudanças na legislação com a reforma, que começa a valer dia 11 de novembro, e da técnica do Dieese Camila Ikuta, que trouxe um estudo comparativo sobre a nossa atual Convenção Coletiva e as mudanças na lei.

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura falou ainda sobre

o Estatuto da Segurança Privada, em tramitação no Senado. “A saída para este momento difícil é a conscientização do trabalhador e a unidade na luta por direitos. Esse tipo de debate realizado pelos Vigilantes de Barueri nos ajuda, ajuda a conscientizar os vigilantes em todos os lugares. E assim que construímos nossas conquistas”.

Reforma tira direitos e dificulta acesso à Justiça

Na reunião do Sindicato dos Vigilantes de Barueri sobre o Impacto da Reforma Trabalhista na Segurança Privada, os advogados trabalhistas Eduardo Antonio Bossolan e André Watanabe falaram sobre mudanças na legislação trazidas pela reforma. Entre elas:

Possibilidade de férias divididas em três vezes

*Ampliação da possibilidade de contratação de trabalhadores autônomos (sem vínculos e direitos trabalhistas)

* Trabalho intermitente: o trabalhador poderá ser chamado só quando o patrão quiser e receberá proporcionalmente às horas trabalhadas. Nesta modalidade, o patrão poderá convocar o trabalhador três dias antes e ele terá 24 horas para responder. Se ele responder que vai trabalhar e não ir, terá de pagar multa de 50% sobre o dia

* Liberação de acordos extrajudiciais entre patrões e empregados. Nestes “acordos” a tendência é que sempre o trabalhador, lado mais fraco, saia perdendo para o patrão, lado mais forte

* Risco de restrições a protestos e atos de trabalhadores e Sindicatos contra empresas que descumprem as leis, com ameaças de processos por danos à imagem da empresa

Além disso, a reforma dificulta o acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho, fazendo o trabalhador correr riscos de arcar com diversos custos caso acione a Justiça.

Assista nos vídeos acima a palestra dos advogados trabalhistas Eduardo Antonio Bossolan e André Watanabe na reunião dos Vigilantes de Barueri sobre o Impacto da Reforma Trabalhista na Segurança Privada.

Dieese: “Reforma Trabalhista vai precarizar o trabalho”

Na reunião dos Vigilantes de Barueri sobre o Impacto da Reforma Trabalhista na Segurança Privada, a técnica do Dieese Camila Ikuta apresentou um estudo comparativo sobre as mudanças na legislação com relação à nossa Convenção Coletiva atual. Leia o estudo completo aqui.

Ela destacou que “a reforma reduz a proteção social dos trabalhadores, por parte do Estado e dos Sindicatos, e aumenta as garantias, a autonomia e a flexibilidade para as empresas nas relações de trabalho”.

Exemplo disso é a possibilidade, com a reforma, de o negociado (em negociações nas quais o trabalhador é o lado mais fraco) se sobreponha ao legislado mesmo que o acordo implique em menos direitos ao trabalhador, diferentemente do que ocorre hoje, em que o negociado só se sobrepõe ao legislado quando fica mais vantajoso para o trabalhador.

A técnica do Dieese alertou ainda que, com a reforma, em alguns casos o acordo individual pode passar a valer mais do que o coletivo. Ou seja, o trabalhador fica ainda mais vulnerável. “Essas formas de contratação são formas de precarizar completamente o trabalho”, afirmou Camila Ikuta.

Fonte: Vigilantes Barueri

SINDIVIGILANTES DO SUL FISCALIZA E ESCOLTA ARMADA VOLTA AO NORMAL

A portaria 3233 de 10 de dezembro de 2012 determina que a escolta armada deve ser exercida por trabalhadores locais, da própria região. Mas uma empresa de Porto Alegre estava trazendo pessoal de Curitiba para o serviço, conforme denúncia que o sindicato recebeu de alguns vigilantes.

O presidente Loreni Dias e a diretora Elisa Araújo procuraram e notificaram a empresa, cobrando o cumprimento da legislação e o fim dessa irregularidade. Em 48 horas a situação foi normalizada e o trabalho voltou a ser realizado com escolta de funcionários da capital.

A divulgação disso não aconteceu por uma opção do sindicato, para não expor as pessoas que denunciaram a represálias. Mas um indivíduo fez uma postagem nas redes sobre o caso para atacar o sindicato, dizendo que a direção não tinha resolvido nada.

"Bem pelo contrário, com a nossa presença o assunto foi rapidamente solucionado e a escolta voltou a ser feita com pessoal da região", diz a diretora. "Esperamos que essa divulgação irresponsável que essa pessoa fez não prejudique os colegas", completa.

Não é de hoje que esse sujeito publica boatos e mentiras, irresponsavelmente, porque pretende ser candidato numa das próximas eleições. Mas dessa maneira não vai se criar, pois os vigilantes são inteligentes e não caem na conversa de gente assim. O sindicato trabalha com seriedade, com o sindicato os vigilantes podem contar

Fonte: Sindvigilantes do Sul

Polícia acha túnel que levaria a cofre de banco para roubar R$ 1 bi em SP

Túnel encontrado na zona sul de São Paulo levaria a agência bancária

A Polícia Civil descobriu na noite desta segunda (2) um túnel de 600 metros escavado para chegar ao cofre da base de distribuição do Banco do Brasil em São Paulo, na Chácara Santo Antônio, em Santo Amaro (zona sul). Dezesseis suspeitos foram presos.

Segundo a polícia, após a prisão, os chefes do bando afirmaram que pretendiam fazer "o maior roubo a banco do mundo". "Eles tinham o objetivo de roubar R$ 1 bilhão", disse o delegado Fábio Pinheiro Lopes, da Delegacia de Roubo a Bancos do Deic (Departamento Estadual de Investigações Criminais).

A polícia afirma que o túnel partia da casa de número 57 da rua Antônio Buso, alugada no dia 10 de junho pelos criminosos. Desde então, eles trabalhavam na escavação do túnel, que tinha em torno de 1,5 m de altura.

"Eles estavam sendo monitorados havia dois meses. Terminaram a escavação na quinta-feira da semana passada e pretendiam realizar o assalto em breve. Decidimos agir em um dia tranquilo para evitar o roubo", afirmou Lopes.

O grupo foi preso na avenida Massao Watanabe, no Jardim Peri (zona norte), em uma casa onde, segundo a polícia, funcionava a logística do crime. A polícia procura mais quatro bandidos, que seriam os peões da obra.

A reportagem entrou na casa da rua Antônio Buso e constatou que os criminosos mantinham uma estrutura para dormir no imóvel durante a escavação do túnel.

Em uma pequena sala, eles montaram uma cozinha, onde havia uma geladeira e comidas como frutas, bolachas de vários tipos, paçocas, água e Gatorade. No imóvel havia também uma TV de 32 polegadas e vários colchões.

Em um dos cômodos, havia 50 botas de cano longo, luvas, maçaricos, joelheiras, macacões e roupas para a escavação. Eles também instalaram duas câmeras, que monitoravam o movimento da rua. Os vizinhos disseram que eles não conversavam muito.

O maior roubo a banco do país foi em 2005 – foram levados R$ 164,8 milhões (em valores da época) da sede do BC (Banco Central) em Fortaleza.

Fonte: UOL

PROJETO DE LEI FIXA O PISO SALARIAL NO DISTRITO FEDERAL

O deputado edistrital e diretor da CNTV, Chico Vigilante (PT) apresentou, nesta segunda-feira (2), projeto de lei fixando o piso salarial do Distrito Federal. O PL estabelece valores acima do salário mínimo nacional para quatro diferentes faixas de renda podendo alcançar o patamar de R$ 1.415,00.

"Estou preocupado com o trabalhador do Distrito Federal. Esse projeto vai beneficiar principalmente os trabalhadores da iniciativa privada que não possuam piso salarial estabelecido em lei federal, convenção ou acordo coletivo", justificou o parlamentar.

O piso salarial regional já é Lei nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, sempre com valores acima dos R$ 937,00 referentes ao salário-mínimo nacional. Para 2018, a previsão do governo federal é estabelecer o valor de R$ 969,00.

O projeto do deputado Chico Vigilante estabelece pisos salariais para quatro grupos de trabalhadores:

GRUPO I: R$ 1.225,00 para os trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca, correspondentes ao Grande Grupo 6 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO II: R$ 1.270,00 para os trabalhadores de serviços administrativos, trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados e trabalhadores de reparação e manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO III: R$ 1.316,00 para os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, correspondentes aos grandes grupos 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO IV: R$ 1.415 para os técnicos de nível médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações.

De acordo com a proposta, quando o piso salarial previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho e em sentença normativa do trabalho prevalecerá ao salário-mínimo regional quando for mais vantajoso para o trabalhador.

O texto estabelece também que o piso salarial deve ser reajustado anualmente, sempre no dia primeiro de maio e a Lei deve ser aplicada no prazo de 90 dias após publicação.

Justificativa

A Lei Complementar federal nº 103, de 14 de julho de 2000, autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituírem piso salarial de categorias profissionais acima do valor do salário-mínimo.

"Apesar das melhorias conseguidas especialmente nos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, o salário-mínimo ainda é muito baixo em nosso País", justifica.

Conforme cálculos do DIEESE, o salário-mínimo necessário para atender às necessidades básicas do empregado e de sua família deveria ser de R$ 3.744,83 em agosto de 2017. "O que demonstra estar longe do ideal a proposta que ora estamos apresentando. No entanto, ela representa um ganho para a classe trabalhadora".

Fonte: Portal Chico Vigilante

Bancários de Conquista realizam manifestação em defesa dos bancos públicos

A semana segue com um calendário de mobilizações também em outras cidades da base

Na manhã desta segunda-feira (2), os bancários de Vitória da Conquista promoveram uma manifestação, na Praça Barão do Rio Branco, para esclarecer a população sobre os riscos do sucateamento e da privatização dos bancos públicos.

O governo Temer anunciou e vem promovendo a venda e concessão de mais de 55 empresas públicas. Os próximos afetados podem ser os bancos, o que entregaria ao capital privado um setor estratégico da economia brasileira. "O governo ilegítimo Temer e seus aliados querem aproveitar esse momento de crise para negar direitos, que duramente nós e outros conquistamos com muita luta. Propõem a privatização e entrega das empresas públicas rentáveis, que são patrimônio da população brasileira para o capital privado, explorador e escravista. Esse é um governo que não pensa no povo, uma gestão que tomou por golpe o país. Nesse momento devemos juntar força para lutarmos contra esse desmonte do capital público no país. Não à privatização! ", ressalta Luiz Gonçalves, bancário do Banco do Brasil.

A semana segue com um calendário de mobilizações também em outras cidades da base do Sindicato dos Bancários de Vitoria da Conquista e Região. Amanhã (3), os bancários de Brumado estarão mobilizados em frente aos bancos públicos, às 9h. Já na quarta – feira (4), a mobilização acontecerá em Itapetinga, também na frente dos bancos públicos, às 9h. Na quinta-feira (5), a categoria se manifestará em Poções, às 9h.

Fonte: Contraf-CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Leidiane Souza
Diagramação: Leidiane Souza

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF